

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

EMPREITADA DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE UMA CENTRAL DE PRODUÇÃO DE HIDROGÉNIO VERDE (GHPP) SITUADA NA CIDADE DE SEIA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Procedimento: CP 01/2023

SETEMBRO 2023

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO	5
ARTIGO 2.º - ENTIDADE ADJUDICANTE	6
ARTIGO 3.º - JÚRI DO PROCEDIMENTO	6
ARTIGO 4.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	7
ARTIGO 5.º - CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	7
ARTIGO 6.º - INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS	8
ARTIGO 7.º - CONCORRENTES	8
ARTIGO 8.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	9
ARTIGO 9.º - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS	10
ARTIGO 10.º - DOCUMENTOS DA PROPOSTA	11
ARTIGO 11.º - PROPOSTAS VARIANTES	13
ARTIGO 12.º - PREÇO BASE	13
ARTIGO 13.º - PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	14
ARTIGO 14.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	14
ARTIGO 15.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	14
ARTIGO 16.º - PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTAS	15
ARTIGO 17.º - CRITÉRIO DE EXCLUSÃO, AVALIAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE	15
ARTIGO 18.º - ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS	18
ARTIGO 19.º - RELATÓRIO PRELIMINAR	19
ARTIGO 20.º - AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	19
ARTIGO 21.º - RELATÓRIO FINAL	19
ARTIGO 22.º - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	20
ARTIGO 23.º - NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO	20
ARTIGO 24.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	20
ARTIGO 25.º - CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO	23
ARTIGO 26.º - CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO	24
ARTIGO 27.º - COMPROMISSOS DE TERCEIROS	25
ARTIGO 28.º - CAUÇÃO	25
ARTIGO 29.º - MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	25

ARTIGO 30.º - MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO ADJUDICATÁRIO	26
ARTIGO 31.º - APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	27
ARTIGO 32.º - RECLAMAÇÕES SOBRE A MINUTA	27
ARTIGO 33.º - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO	28
ARTIGO 34.º - DADOS PESSOAIS.....	29
ARTIGO 35.º - ADOÇÃO DE AJUSTE DIRETO	30
ARTIGO 36.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	30
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO	31
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO	32
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE MODELO DE MINUTA DA GARANTIA BANCÁRIA	33
ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO	34
ANEXO V - DECLARAÇÃO COM INDICAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO	35
ANEXO VI - DECLARAÇÃO RELATIVA AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO	36
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA.....	37
ANEXO VIII - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA.....	38
ANEXO IX - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	39
ANEXO X – MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO.....	40
ANEXO XI – GARANTIA TOTAL DOS EQUIPAMENTOS (ON FIRST DEMAND).....	41

ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO

1. O presente concurso adota a designação de **“Concurso Público para a Empreitada de Conceção, Construção, Fornecimento e colocação em Serviço de uma Central de Produção de Hidrogénio Verde (GHPP) situada na Cidade de Seia.”**
2. A Entidade Adjudicante será a HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA., doravante designada apenas por HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA., uma empresa de direito privado com a missão de desenvolver, implementar, construir, gerir e explorar central de produção de hidrogénio verde, a ser instalada em Seia.
3. O presente concurso público tem por objeto a **Empreitada de Conceção, Construção, Fornecimento e colocação em Serviço de uma Central de Produção de Hidrogénio Verde (GHPP) situada na Cidade de Seia, no âmbito da Candidatura ao Aviso Investimento TC-C14-i01 – Hidrogénio Renováveis nº01/C14-i0/2021.**
4. O Objeto do contrato inclui:
 - a) A elaboração do Projeto de Execução, nos termos previstos no artigo 43.º, n.º 3, do CCP, com base no Programa Preliminar e Especificações Técnicas anexos ao presente Caderno de Encargos;
 - b) A Construção, Fornecimento e Colocação em Serviço de uma Central de Produção de Hidrogénio Verde, de acordo com os Anexos deste Caderno de Encargos;
5. O concurso tem, para além da completa conceção, fornecimento e colocação em serviço dos equipamentos necessários à plena e perfeita operação da GHPP, a formação de pessoal e assistência técnica ao Dono da Obra (a Entidade Adjudicante), e ainda a prestação dos serviços necessários para assegurar a correta coordenação entre os fornecimentos nela previstos de forma a garantir o seu bom funcionamento e a obtenção dos valores garantidos.
6. Integram o âmbito do presente concurso todos os trabalhos, serviços, equipamentos e garantias expressas no Programa Preliminar.

ARTIGO 2.º - ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A Entidade Adjudicante, ou Dona de Obra, é a HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA., NIF 510287050, com sede na Plataforma Logística de Incentiva Empresarial da Guarda (PLIE) Lote 3, 6300-070 Casal de Cinza e com os seguintes contactos para efeito do presente procedimento:
 - Correio Eletrónico: geral@hen.pt
 - Plataforma eletrónica de contratação pública: **www.acingov.pt**
2. Os interessados e concorrentes devem disponibilizar as comunicações destinadas à entidade adjudicante e ao júri do procedimento, no âmbito do procedimento, na plataforma eletrónica.
3. Durante o prazo para apresentação de propostas e quando tal seja possível, a Entidade Adjudicante promoverá o acesso às instalações ou locais objeto de execução contratual, em termos a definir e em função das manifestações de vontade dos interessados, as quais devem ser formuladas através de pedido efetuado na plataforma eletrónica.
4. Para efeitos do disposto nos n.ºs anteriores, os interessados podem visitar as instalações e proceder ao reconhecimento dos locais de execução da empreitada definidos no caderno de encargos, a fim de recolher informação relevante à elaboração das suas propostas, designadamente quanto aos acessos e espaço para manobra de veículos, condições de carga e outros.
5. Face à possível dimensão do equipamento a aplicar em obra e à necessidade de assegurar transporte adequado para o local da mesma, a Entidade Adjudicante solicita aos concorrentes a apresentação de declaração, atestando conhecer os locais de execução da obra e as respetivas contingências, razão pela qual se recomenda e solicita aos interessados que efetuem uma visita aos locais a intervencionar.

ARTIGO 3.º - JÚRI DO PROCEDIMENTO

1. O presente procedimento é conduzido por um júri composto 3 membros efetivos, um dos quais preside, e por 2 suplentes, designados pela entidade adjudicante.
2. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas

com o presente procedimento cuja competência não seja da entidade adjudicante, nos termos do art. 69.º, n.º 2, do CCP, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

3. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

ARTIGO 4.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pela Administração da HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA, por deliberação datada de 17 de agosto de 2023 conforme ATA nº1 Folha nº 2,3,4,5 e 6 do livro de Atas da Gerência.

ARTIGO 5.º - CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do concurso podem ser consultadas desde a data de publicação do respetivo anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, estando integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download gratuito das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta, mediante indicações constantes da mesma.
3. O processo do concurso é constituído pelas seguintes peças:
 - a) O presente Programa do Concurso;
 - b) O Caderno de Encargos e seus anexos;
 - c) Mapa de Quantidades;
 - d) Especificações Técnicas;
 - e) Os anúncios do procedimento;
 - f) Programa Preliminar.

ARTIGO 6.º - INSPEÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS

1. Durante o prazo para apresentação das propostas, a Entidade Adjudicante facultará aos interessados a possibilidade de procederem à inspeção do local de trabalhos.
2. Os interessados são responsáveis por inspecionar os locais de execução dos trabalhos, fornecimentos e serviços objeto do concurso e realizar nele os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.
3. A inspeção ao local deverá ser solicitada, por escrito, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para a morada e contactos indicados no Artigo 2º. deste Programa de Concurso.

ARTIGO 7.º - CONCORRENTES

1. A apresentação de propostas fica sujeita ao prévio registo dos interessados na plataforma eletrónica da Entidade Adjudicante.
2. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no art.º 55.º do CCP, na sua redação atual, e sejam detentoras de Alvará emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (doravante designado abreviadamente IMIPIC), nas classes adequadas aos montantes dos trabalhos a realizar, ou de declaração, emitida pelo IMIPIC, comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar, por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo, contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar para nacionais de Estados signatários do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio, que não sejam titulares do dito alvará ou título de registo.
3. É permitida a apresentação de propostas por agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação. Os membros de cada agrupamento serão solidariamente responsáveis perante a HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA., pela proposta apresentada. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento concorrente, as entidades que o integrem, e apenas estas, deverão associar-se, obrigatoriamente, antes da

celebração do Contrato, em Agrupamento Complementar de Empresas ou em Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados.

4. Os agrupamentos de empresas acompanharão a sua proposta com uma declaração de intenção (conforme modelo apresentado no Anexo II ao presente Programa do Procedimento) de, em caso de adjudicação, se constituírem em agrupamento complementar de empresas ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados, conforme o caso, com indicação da respetiva participação de cada empresa associada.
5. A declaração de intenção referida no número anterior terá de ser completada pelo Concorrente preferido, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da receção da minuta do contrato, com o projeto de contrato de associação pela forma, de entre as duas referidas no número anterior, que tenha sido escolhida.

ARTIGO 8.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Todas as comunicações entre as entidades deverão ser efetuadas através da plataforma eletrónica referida no artigo 2.º.

1.1. Dúvidas e Esclarecimentos:

1.1.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimentos devem ser solicitadas por escrito, através da plataforma eletrónica, nos termos estipulados no artigo 9.º.

1.1.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica, nos termos estipulados no artigo 50.º do CCP.

1.2. Erros e Omissões:

1.2.1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar à Entidade Adjudicante, através da plataforma eletrónica, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o Concorrente não considere exequíveis.
- iv. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

1.2.2. No mais, aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 3 a 7 do artigo 50.º do CCP, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

1.2.3. A lista com a identificação dos erros e omissões detetados, bem como a decisão prevista no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, será junta às peças do presente procedimento e proceder-se-á notificação das mesmas a todos os interessados, através da ferramenta de gestão de notificações da plataforma eletrónica.

ARTIGO 9.º - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, deverão ser solicitados pelos interessados, por escrito via plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas.
2. Os esclarecimentos devem ser solicitados, por escrito via plataforma eletrónica, ao órgão identificado no artigo 3.º, para o endereço referido no artigo 2.º, n.º 1.
3. Os esclarecimentos deverão ser prestados, por escrito via plataforma eletrónica, pelo órgão identificado no artigo 3.º, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. A Entidade Adjudicante pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e prazo previstos no número anterior.
5. Dos esclarecimentos prestados é junta cópia às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta e enviada mensagem de notificação, via plataforma eletrónica, aos interessados que

tiverem levantado as peças do concurso.

6. A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista no n.º 3 deste artigo, desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no n.º 1, obriga à prorrogação do prazo para a entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
7. A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
8. Sem prejuízo do disposto no n.º 6, consideram-se rejeitados todos os erros e omissões que não tenham sido objeto de pronúncia pela Entidade Adjudicante até à data prevista no n.º 3, caso até ao final deste prazo não tenha sido dada informação da intenção de ser emitida resposta expressa.
9. Os esclarecimentos e as retificações a que se referem os números anteriores fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 10.º - DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - 1.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) (em formato xml e Pdf)
 - 1.2. Anexo I: Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I deste Programa do Procedimento.
 - 1.3. Anexo II: Em caso de agrupamento de empresas, declaração de intenção de formalização de associação, conforme minuta constante do Anexo II ao presente Programa do Procedimento, na qual será discriminada a prestação de cada interveniente;
 - 1.4. Anexo III: Declaração de aceitação de modelo de Minuta da Garantia Bancária, constante do Anexo III ao presente Programa do Procedimento;
 - 1.5. Os seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato e de acordo com os quais o Concorrente se dispõe a contratar:

- 1.5.1. Proposta de Preço Global, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo IV deste Programa do Procedimento;
- 1.5.2. Declaração com indicação do Prazo de Execução da totalidade da obra, nos limites definidos no Programa Preliminar, em conformidade com o modelo constante do Anexo V deste Programa do Procedimento;
- 1.5.3. Memória Descritiva da Solução Técnica proposta;
- 1.5.4. Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas nos projetos de execução, com o ordenamento dos mapas resumo de quantidades de trabalho. A lista deverá ser fornecida em ficheiro informático em formato EXCEL e Pdf;
- 1.6. Declaração de Garantia Total dos equipamentos num período nunca inferior a 10 anos.
- 1.7. Declaração em que o prazo máximo fixado para a entrega de todos os equipamentos referidos no Anexo Mapa de Quantidades, não possa ser superior a 90 dias, a contar da data de assinatura do Contrato.
- 1.8. Declaração de Compromisso de entrega do Projeto de Execução segundo a Portaria nº 255/2023 de 7 de agosto num prazo nunca superior a 60 dias.
- 1.9. Declaração do Concorrente que mencione os preços dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo IMIPIC para efeitos da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações e, se for o caso, declarações de compromisso subscritas pelo Concorrente e por cada um dos subempreiteiros. – Anexo VI
- 1.10. Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo VII ao presente Programa de Procedimento, no qual o concorrente declare ter reconhecido o local dos trabalhos, as condições reais de acessibilidade e as envolventes topográficas, geológicas e ambientais;
- 1.11. Quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente, por os considerar indispensáveis
2. O preço, que não deve incluir o IVA, deve ser indicado em algarismos e por extenso.
3. A proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo IV deste Programa do Procedimento será redigida em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.

4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes últimos prevalecem, para todos os efeitos, sobre os preços indicados em algarismos.
5. A proposta e todos os documentos que a instruem e compõem devem ser assinados pelo Concorrente ou seus representantes que tenham poderes para o obrigar.
6. Todos os documentos deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. A Entidade Adjudicante poderá, todavia, aceitar documentos em língua inglesa reservando-se o direito de exigir traduções para a língua portuguesa.

ARTIGO 11.º - PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

ARTIGO 12.º - PREÇO BASE

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar foi definido conforme Artigo 35º - A do CCP pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar (preço base) é de **10.664.000,00 € (Dez Milhões Seiscentos e Sessenta e Quatro Mil Euros)** acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. No caso de, após análise das propostas, o Júri concluir que todas deverão ser excluídas, poderá propor ao órgão com competência para a decisão de contratar que delibere adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na apresentação de um preço superior ao preço base, e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, nos termos e com os limites previstos no art. 70.º, n.º 6, do CCP.

ARTIGO 13º - PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos do presente concurso, considera-se que o preço total resultante de uma proposta apresentada pelo Concorrente é anormalmente baixo quando se revele insuficiente para o cumprimento das obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.

ARTIGO 14.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados através de meio de transmissão eletrónica de dados, diretamente na plataforma eletrónica da Entidade Adjudicante, até à data-limite de apresentação de propostas estabelecida no Artigo 15º.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo enviado aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, devendo:
 - 3.1. no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante;
 - 3.2. ser entregue diretamente ou enviada pelo correio para a morada indicada no artigo 2.º, devendo em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado no artigo 15º;
 - 3.3. a receção ser registada por referência à respetiva data e hora.

ARTIGO 15.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. As propostas e os documentos que as constituem devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica referida no art.º 2.º do presente Programa, até às 23:59 do 30.º dia a contar da data de publicação do anúncio de concurso público em Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia.

2. O prazo para apresentação das propostas é prorrogável nos termos da lei aplicável.
3. Após abertura das propostas, os documentos que constituem as propostas são disponibilizados a todos os concorrentes na plataforma eletrónica.
4. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 16.º - PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de mínimo de 66 dias, nos termos do disposto no artigo 65.º do CCP, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas até à adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa.

ARTIGO 17.º - CRITÉRIO DE EXCLUSÃO, AVALIAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE

1. Exclusão:
 - 1.1. À Entidade Adjudicante reserva-se o direito de excluir as propostas que não cumprirem com as exigências tecnológicas, funcionais e de cumprimento com os normativos legais aplicáveis, bem como com as condições exigidas no Programa Preliminar e nas Especificações Técnicas.
 - 1.2. O não cumprimento das condições mínimas exigidas para cada um dos valores garantidos declarados e expressos no Caderno de Encargos e respetivos anexos é condição de exclusão.
2. Critérios de Avaliação:
 - 2.1. A avaliação será feita através dos seguintes critérios:
 - 2.1.1. Qualidade Global da Proposta - Ponderação dos seguintes aspetos:
 - i. Organização, qualidade da informação apresentada na proposta e respeito pelos requisitos do Concurso;

2.1.2. Prazo - Ponderação dos seguintes aspetos:

- i. Memória descritiva;
- ii. Garantia dos equipamentos;
- iii. Prazo de entrega dos equipamentos;
- iv. Prazo de entrega do projeto de execução;
- v. Prazo de execução da empreitada.

2.1.3. Preço

2.2. Definição dos fatores de avaliação e coeficientes de ponderação:

Fator de avaliação	Peso na ponderação
i) Memória Descritiva	10%
ii) Garantia dos Equipamentos	10%
iii) Prazo de entrega dos equipamentos	10%
iv) Prazo de entrega do Projeto de Execução	10%
v) Prazo de execução da empreitada.	10%
vi) Preço	50%

2.3. Pontuação a atribuir a cada fator de avaliação

A pontuação a atribuir a cada parâmetro de avaliação será dada por:

Onde: PB é o Preço Base fixado no artigo 12 do Programa de Procedimento;

E PPC é o preço da proposta do concorrente a apresentar a este Concurso

A	Preço	
Critério	Pontos	Ponderação 50%
A	$A = \left(\frac{PB - PPC}{PB} \right) \times 5$	

B	Memória Descritiva	
Critério	Pontos	Ponderação 10%
B	1	MD sem detalhe técnico
	3	MD descreve com precisão a produção de H2
	5	MD descreve com detalhe e precisão a produção, armazenamento e pressões respetivas

C	Garantia dos Equipamentos	
Critério	Pontos	Ponderação 10%
C	1	Garantia dos Equipamentos inferior a 1 ano
	3	Garantia dos Equipamentos entre 1 ano e inferior a 10 anos
	5	Garantia dos Equipamentos igual ou superior a 10 anos

D	Prazo de Entrega dos Equipamentos (Eletrolisador, Compressor, Buffer e Armazenamento Secundário)	
Critério	Pontos	Ponderação 10%
D	1	Prazo de Entrega dos Equipamentos superior a 12 meses
	3	Prazo de Entrega dos Equipamentos entre 6 a 12 meses
	5	Prazo de Entrega dos Equipamentos inferior a 6 meses

E	Projeto de Execução	
Critério	Pontos	Ponderação 10%
E	1	Prazo de Entrega do Projeto de Execução superior a 4 meses
	3	Prazo de Entrega do Projeto de Execução entre 2 meses e 4 meses
	5	Prazo de Entrega do Projeto de Execução inferior a 2 meses

F	Prazo de Execução da Empreitada após Consignação	
Critério	Pontos	Ponderação 10%
F	1	Prazo de Execução da Empreitada igual a 360 dias
	3	Prazo de Execução da Empreitada entre 240 a 359 dias
	5	Prazo de Execução da Empreitada menor ou igual a 239 dias

2.4. A pontuação global da proposta (PGP) será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$PGP = 0,5 \times A + 0,1 \times B + 0,1 \times C + 0,1 \times D + 0,1 \times E + 0,1 \times F$$

Com o arredondamento do valor do PGP efetuado à segunda casa decimal.

As pontuações serão, assim, entre 1 (um) e 5 (cinco), sendo o contrato adjudicado à proposta que tiver a pontuação global mais elevada.

3. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, de acordo com a metodologia de avaliação de propostas constante no n.º 2.1.
4. Em caso de 2 (duas) ou mais propostas obterem o mesmo resultado/pontuação final, estabelece-se que a ordenação de propostas terá como critérios de desempate, os seguintes critérios sucessivos:
 - a) A melhor avaliação do fator preço/custo (VAL);
 - b) A melhor avaliação do fator Qualidade global da proposta
5. Se após a aplicação dos critérios definidos no número anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio, com convite à presença dos representantes das entidades que apresentem as propostas empatadas, mediante prévia convocatória, escrita, por parte da entidade adjudicante.

ARTIGO 18.º - ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O Júri pode pedir aos concorrentes, via plataforma eletrónica, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os pedidos de esclarecimentos e as respetivas respostas devem ficar acessíveis aos demais concorrentes.

ARTIGO 19.º - RELATÓRIO PRELIMINAR

1. O Júri elabora um relatório preliminar fundamentado sobre o mérito das propostas, ordenando-as de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo 17.º.
2. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
3. No relatório mencionado no n.º 1, o Júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.

ARTIGO 20.º - AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar, este é submetido a audiência prévia, a promover pelo Júri do concurso, enviando-o a todos os concorrentes e fixa um prazo, de 5 (cinco) dias para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

ARTIGO 21.º - RELATÓRIO FINAL

1. Exercido o direito de audiência prévia referido no artigo anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de análise das propostas, que submete à apreciação e decisão da Entidade Adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 146.º, nº 2 e 3, do CCP.
2. No caso previsto na parte final do n.º anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo 20.º, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

ARTIGO 22.º - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

Cumpridas as formalidades previstas nos números anteriores e na Lei aplicável, o órgão competente para contratar, procede à adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.

ARTIGO 23.º - NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

1. Todos os concorrentes são notificados do ato de adjudicação, sendo o adjudicatário notificado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 77.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.
2. As notificações previstas no n.º anterior são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

ARTIGO 24.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir do adjudicatário a apresentação dos documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, não incluídos no n.º seguinte, fixando-lhe prazo para o efeito.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, deve o adjudicatário entregar, através da Plataforma de contratação pública, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Os previstos no n.º 1 art. 81º do CCP;
 - b) Os alvarás ou os títulos de registo emitidos pelo IMIPIC, contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, i.e. emitido pelo IMIPIC nas classes adequadas aos montantes dos trabalhos a realizar.
 - c) O Concorrente deverá possuir classe de obra que cobra o valor de contrato na 1ª subcategoria da 1ª categoria.

1ª Categoria - Edifícios e património construído

- 1.ª - Estruturas e elementos de betão
- 2.ª - Estruturas metálicas
- 4.ª - Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias

4ª Categoria - Instalações elétricas e mecânicas

- 1.ª - Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 kVA
- 2.ª - Postos de transformação até 250 kVA
- 3.ª - Postos de transformação acima de 250 kVA
- 4.ª - Redes e instalações elétricas de tensão de serviço até 30 kV
- 5.ª - Redes e instalações elétricas de tensão de serviço acima de 30 kV
- 12.ª - Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração
- 16.ª - Redes de ar comprimido e vácuo
- 18.ª - Gestão técnica centralizada
- 19.ª - Outras instalações mecânicas e eletromecânicas

5ª Categoria - Outros trabalhos

- 1.ª – Demolições
- 5.ª - Reabilitação de elementos estruturais de betão
- 7.ª - Drenagens e tratamento de taludes
- 8.ª - Armaduras para betão armado
- 10.ª - Cofragens
- 11.ª - Impermeabilizações e isolamentos

d) Entrega e preenchimento do ANEXO XI – GARANTIA TOTAL DOS EQUIPAMENTOS (ON FIRST DEMAND);

3. Para efeitos da verificação das habilitações referidas na alínea b), o adjudicatário pode apresentar alvarás ou títulos de registo da titularidade de subcontratados, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes e dentro dos limites legais estabelecidos na lei aplicável quanto à subempreitada.

4. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:

- a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 devem ser apresentados por todos os seus membros;
- b) Devem ser apresentados os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade referida no artigo 30.º;
- c) Os documentos de habilitação previstos no n.º 1 devem ser apresentados por todos os membros do

agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.

5. No prazo de 3 dias a contar do termo do prazo referido no n.º 2, o adjudicatário poderá suprir irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do art. 86º do CCP.
6. O órgão competente para a decisão de contratar notificará em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
7. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica da Entidade Adjudicante.
8. O adjudicatário, ou um subcontratado referido n.º 3, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará ou do título de registo, deve apresentar, em substituição desses documentos, declaração, emitida pelo IMIPIC, comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo contendo as habilitações adequadas á execução da obra a realizar.
9. Os prazos fixados nos termos dos n.ºs 1 e 2 podem, a pedido do adjudicatário, por motivos devidamente justificados, ser prorrogados pela Entidade Adjudicante.
10. Antes da celebração do contrato, no prazo de 10 (dez) dias a contar da solicitação da entidade adjudicante para esse efeito, o adjudicatário deve, ainda, apresentar, os seguintes documentos sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP:
 - a) A identificação do Coordenador de Projeto e dos Autores de Projeto, os Termos de responsabilidade por estes subscritos, acompanhados dos documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;
 - b) A identificação do Diretor de Obra acompanhada pelo respetivo Termo de responsabilidade por este subscrito, acompanhada do respetivo curriculum vitae evidenciando o cumprimento do disposto no caderno de encargos, bem como a identificação dos técnicos que conduzam a execução dos trabalhos nas diferentes especialidades, quando aplicável;

- c) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil válido, respeitante ao Diretor de Obra e, quando aplicável, aos técnicos das diferentes especialidades, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;
 - d) Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, do Diretor de Obra;
 - e) Quando aplicável, comprovativo e número de inscrição em organismo ou associação profissional;
 - f) Comprovativos da qualificação do técnico designado para as funções de Diretor de Obra, através do Sistema Eletrónico de Reconhecimento de Atributos Profissionais com o Cartão de Cidadão a que se refere o artigo 51.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro;
11. Os documentos de habilitação são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
12. A não apresentação pelo adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da caducidade da adjudicação, a comunicação da caducidade da adjudicação ao IMIPIC.
13. Sem prejuízo da participação á entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a caducidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

ARTIGO 25.º - CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

1. Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
- a) Nenhum Concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adotar e dos respetivos fundamentos, sendo, ulteriormente, notificados da abertura do novo procedimento, se for caso disso.
3. No caso da alínea c) do n.º 1 é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
4. Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d), a Entidade Adjudicante deverá indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

ARTIGO 26.º - CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1 do artigo 23.º, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do mesmo diploma;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. Constitui ainda causa de caducidade da adjudicação a não apresentação dos documentos exigidos no n.º 10, do artigo 24.º do presente programa de procedimento, no prazo inicial para o efeito concedido ou no prazo referido no n.º 5 do referido artigo 24.º.
3. A adjudicação caduca, igualmente, quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não preste a caução que lhe seja exigida nos termos do artigo 28.º, infra;
 - b) Não confirme os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta no prazo indicado na notificação referida no artigo 22.º;
 - c) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o

adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP;

d) Nos restantes casos previstos na lei.

4. Nos casos previstos no número anterior, a Entidade Adjudicante deve decidir pela adjudicação à proposta ordenada em lugar subsequente.

ARTIGO 27.º - COMPROMISSOS DE TERCEIROS

Quando aplicável, a entidade adjudicante notificará o adjudicatário para que, no prazo máximo referido no n.º 2 do artigo anterior ou noutro para o efeito fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, proceda à apresentação do(s) documento(s) comprovativo(s) dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 28.º - CAUÇÃO

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, é exigida ao adjudicatário a prestação de caução no valor de 0,1% do preço total contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
2. A caução deve ser prestada no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no artigo 21.º, devendo provar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente, em conformidade com um dos modelos constantes do Anexo VIII, IX ou X deste Programa do Procedimento consoante venha a ser prestada por depósito em dinheiro ou títulos, garantia bancária ou seguro caução.

ARTIGO 29.º - MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

1. A caução é prestada por depósito em dinheiro, ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante uma garantia bancária ou um seguro-caução, ambos à primeira solicitação, em

conformidade com um dos modelos constantes respetivamente dos Anexos VIII, IX ou XVIII do Programa do Procedimento, tendo em conta o artigo 90.º do CCP.

2. O depósito em dinheiro ou títulos efetua-se numa instituição de crédito, à ordem da HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA, em conformidade com o disposto no artigo 90.º n.º 3 do CCP, e destina-se a garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais.
3. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes devem ser avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa de Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média.
4. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, esta deverá ser prestada por estabelecimento bancário legalmente autorizado, que aceite expressamente submeter-se à lei portuguesa para efeitos de execução da garantia bancária, e obedecer ao modelo constante do Anexo VIII deste Programa do Procedimento.
5. Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante, em virtude de incumprimento das obrigações a que o seguro respeita, emitida nos mesmos termos e condições constantes do modelo constante do Anexo X deste Programa do Procedimento.
6. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.
7. Todas as despesas relativas à prestação da caução, são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 30.º - MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO ADJUDICATÁRIO

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou em Consórcio

Externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

ARTIGO 31.º - APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA., aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar.
2. A minuta considera-se aceite pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja sido apresentada, por este, reclamação nos cinco dias subsequentes á respetiva notificação.
3. A Entidade Adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, nos termos do artigo 99.º do CCP.
5. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário, devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
6. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário.

ARTIGO 32.º - RECLAMAÇÕES SOBRE A MINUTA

1. Só são admissíveis reclamações contra a minuta quando o Adjudicatário recuse ajustamentos propostos pela Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 99.º do CCP ou no caso de na minuta constarem obrigações que contrariem ou não estejam contidas em qualquer dos seguintes documentos:
 - a) Suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde

que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b) Esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) Caderno de encargos;
 - d) Proposta adjudicada;
 - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário nos termos do CCP.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, a Entidade Adjudicante, notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
 3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário, não fazem parte do contrato.

ARTIGO 33.º - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução;
 - d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
2. A Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário se a outorga do contrato se fará por meio de assinatura presencial ou por meios eletrónicos.
3. No caso da outorga do contrato se dar por meio de assinatura presencial, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário da data, hora e local em que se celebra o contrato, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
4. No caso da outorga do contrato se dar por meios eletrónicos, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para a outorga e remessa do contrato, que não pode ser inferior a 3 (três) dias. Neste caso, o contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos,

considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.

5. Se a Entidade Adjudicante não celebrar o contrato no prazo fixado, por facto que lhe seja Imputável, pode o Adjudicatário desvincular-se da proposta, libertando-se a caução que haja sido prestada, sem prejuízo do direito a ser reembolsado de todas as despesas e demais encargos comprovadamente incorridos com a prestação da caução e com a elaboração da proposta.
6. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

ARTIGO 34.º - DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico: geral@hen.pt.

ARTIGO 35.º - ADOÇÃO DE AJUSTE DIRETO

1. A Entidade Adjudicante pode adotar o ajuste direto quando, na sequência deste procedimento:
 - a) Nenhum Concorrente haja apresentado proposta e desde que o caderno de encargos não seja substancialmente alterado;
 - b) Todas as propostas apresentadas tenham sido excluídas, e desde que o caderno de encargos não seja substancialmente alterado.
2. Pode adotar-se o ajuste direto nos termos do artigo 24.º, 25.º e 26.º do CCP.

ARTIGO 36.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, na redação atual.

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com as especificações técnicas exigidas pelo caderno de encargos e respetivos anexos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

... (local),... (data),... [assinatura (3)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(3) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

[firma], [número de identificação de pessoa coletiva] com sede em [morada] [...]¹, após ter tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no programa do procedimento do concurso público para a realização da empreitada de conceção, construção, fornecimento e colocação em serviço dos equipamentos da central de produção de hidrogénio verde GHPP em Seia, publicado no Diário da República de [data de publicação] desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em [indicar a figura jurídica adotada], em regime de responsabilidade solidária entre si.

A participação de cada uma das empresas associadas no cumprimento do objeto do concurso será efetuada da seguinte forma:

[...] (%);

[...] (%).

Mais declaram que a entidade designada para representar o agrupamento perante a Entidade Adjudicante é a [firma], com sede em [morada], para onde deverá ser dirigida toda a correspondência.

[local], [data], [assinatura2].

¹ Identificar todos os membros do agrupamento concorrente.

² Assinatura de todos os membros do agrupamento concorrente.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE MODELO DE MINUTA DA GARANTIA BANCÁRIA

[firma], [número de identificação de pessoa coletiva] com sede em [morada] [...], após ter tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no programa do procedimento do concurso público para a realização da empreitada de conceção, construção, fornecimento e colocação em serviço dos equipamentos da central de produção de hidrogénio verde GHPP em Seia, publicado no Diário da República de [data de publicação], expressamente declara que tem perfeito conhecimento da obrigatoriedade legal de prestar caução e que o fará, em caso de optar pela modalidade de Garantia Bancária, através da apresentação de uma declaração conforme o modelo constante do Anexo VIII ao presente Programa do Procedimento.

[local], [data], [assinatura3].

3 Assinatura de todos os membros do agrupamento concorrente, se aplicável.

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

[nome], [número de documento de identificação] e [morada], na qualidade de representante legal de⁴ [firma], [número de identificação de pessoa coletiva] com sede em [morada] 5, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das peças do procedimento de concurso público para a empreitada de conceção, construção, fornecimento e colocação em serviço dos equipamentos da central de produção de hidrogénio verde GHPP em Seia, publicado no Diário da República de [data de publicação], declara que se obriga a cumprir todas as prestações do contrato pelo Preço Global de:

€ _____ [em extenso], ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Taxa de IVA aplicável: _____

Valor total IVA: _____ [em algarismos e por extenso]

Valor total da proposta com IVA: _____ [em algarismos e por extenso]

[local], [data], [assinatura]

⁴ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁵ No caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes

ANEXO V - DECLARAÇÃO COM INDICAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

[nome], [número de documento de identificação] e [morada], na qualidade de representante legal de⁶ [firma], [número de identificação de pessoa coletiva] com sede em [morada]⁷, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das peças do procedimento de concurso público para a empreitada de conceção, construção, fornecimento e colocação em serviço dos equipamentos da central de produção de hidrogénio verde GHPP em Seia, publicado no Diário da República de [data de publicação] declara que se obriga a cumprir todas as prestações do contrato no prazo de execução de [...] dias, até à receção provisória.

[local], [data], [assinatura]

⁶ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁷ No caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes.

ANEXO VI - DECLARAÇÃO RELATIVA AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

[nome], [número de documento de identificação] e [morada], na qualidade de representante legal de⁸ [firma], [número de identificação de pessoa coletiva] com sede em [morada]⁹, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das peças do procedimento de concurso público para a **empreitada de conceção, construção, fornecimento e colocação em serviço dos equipamentos da central de produção de hidrogénio verde GHPP em Seia**, publicado no Diário da República de [data de publicação] declara expressamente que é detentor das habilitações legalmente obrigatórias para realização dos trabalhos objeto do presente procedimento.

Valor total _____ € (Classe ____ cobra o valor de contrato na 1ª subcategoria da 1ª categoria).

Empresa	Categoria	Classe	Valor (€)
	1ª Categoria		
	4ª Categoria		
	5ª Categoria		

[local], [data], [assinatura]

⁸ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹ No caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes.

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA

[firma], [número de identificação de pessoa coletiva] com sede em [morada] [...], após ter tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no programa do procedimento do concurso público para a realização da empreitada de conceção, construção, fornecimento e colocação em serviço dos equipamentos da central de produção de hidrogénio verde GHPP em Seia, publicado no Diário da República de [data de publicação], expressamente declara ter reconhecido o local dos trabalhos, as condições reais de acessibilidade e as envolventes topográficas, geológicas e ambientais.

[local], [data], [assinatura]

ANEXO VIII - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O [denominação completa do BANCO], com sede social em [morada], com o capital social de [montante] euros, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de [local], com o número de Matrícula e de Identificação de Pessoa Coletiva [NIPC] (de ora em diante referido por “BANCO” ou “INSTITUIÇÃO FINANCEIRA”), a pedido da [identificação do ORDENADOR], (de ora em diante referido por “ORDENADOR”), sociedade por [tipo societário], com sede em [morada], registada na Conservatória do Registo Comercial de [local], com o número de Matrícula e de Identificação de Pessoa Coletiva [NIPC], com um capital social de [montante] €, pelo presente documento, presta uma garantia bancária, até ao montante de [montante] € ([montante por extenso] euros), destinada a caucionar os créditos de HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA. (de ora em diante referido por “BENEFICIÁRIA”), sociedade por quotas, com o NIPC xxxx, com sede em xxxxxxxxxxxxxx, para com o ORDENADOR decorrentes de qualquer fornecimento de produtos por aquela a este, independentemente da data do mesmo.

Pelo presente documento o BANCO acima identificado presta garantia total, autónoma, incondicional e irrevogável, à primeira solicitação, a favor da BENEFICIÁRIA, responsabilizando-se pelo pagamento à BENEFICIÁRIA das importâncias que esta lhe exigir até ao montante supra indicado, podendo ser utilizada parcialmente, mediante um ou mais pedidos escritos que a BENEFICIÁRIA lhe faça, mantendo-se em vigor e garantido o valor da diferença não utilizada, não podendo nenhum desses pagamentos ser recusado sob alegação da necessidade de averiguação prévia de incumprimento da sociedade supra identificada, nem à BENEFICIÁRIA pode o BANCO opor quaisquer meios de defesa que o ORDENADOR poderia opor-lhe.

Esta garantia é válida pelo período de [...] dias, renovável por iguais e sucessivos períodos, até comunicação escrita, subscrita pela BENEFICIÁRIA e pelo ORDENADOR, da extinção das obrigações assumidas, não podendo a mesma cessar ou ser reduzida sem autorização prévia expressa da BENEFICIÁRIA, decorrente do Contrato de **Empreitada de Conceção, Construção, Fornecimento e Colocação em Serviço de uma Central de Produção de Hidrogénio Verde (GHPP) Situada na Cidade de Seia.**

Feita em [...] em [...] de [...] de [...] (Selo branco do Banco e assinaturas com poderes para o efeito, reconhecidas pelo Banco)

ANEXO IX - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro será efetuado no Banco [...], à ordem de HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA., mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito € [...] ([...] Euros)

Vai [designação do adjudicatário], com sede em [morada], depositar na [sede, filial, agência] do Banco [...] a quantia de € [...] ([...] Euros) em dinheiro, como caução exigida para o Concurso Público para a celebração de contrato de “EMPREITADA DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE UMA CENTRAL DE PRODUÇÃO DE HIDROGÉNIO VERDE”, promovido pela HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA., nos termos do respetivo Programa do Procedimento. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[local], [data], [assinatura]

ANEXO X – MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [identificação da companhia de seguros], com sede em [morada], presta a favor da HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [identificação do tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de € [...], correspondente à caução prevista no Programa de Procedimento, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [identificação do adjudicatário], com sede na [morada], assumirá no contrato que com ele e a HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA. vai celebrar, o qual tem por objeto a celebração de contrato de **“EMPREITADA DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE UMA CENTRAL DE PRODUÇÃO DE HIDROGÉNIO VERDE”**, e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato de **“EMPREITADA DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE UMA CENTRAL DE PRODUÇÃO DE HIDROGÉNIO VERDE”** ou com o cumprimento das obrigações que [identificação do adjudicatário] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA, Lda, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável.

[local], [data], [assinatura]

ANEXO XI – GARANTIA TOTAL DOS EQUIPAMENTOS (ON FIRST DEMAND)

Beneficiário:

Banco _____, com sede em _____, com o capital social inteiramente realizado de _____, pessoa coletiva nº _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o nº _____, representada por _____, presta, a pedido da garantida _____, pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____ uma garantia bancária à primeira solicitação, sem direito de protesto ou reclamação, a favor da HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS LDA., com sede em Plataforma Logística da Guarda, Lote 3, 6300-070 Guarda, Portugal, até ao montante de EUR _____ (euros).

A presente garantia financeira destina-se a garantir a conclusão do trabalhos relativos ao Caderno de Encargos do Concurso conceção, construção, fornecimento e colocação em serviço dos equipamentos da central de produção de hidrogénio verde GHPP em Seia, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação, e até à concorrência do montante garantido, qualquer verba que o beneficiário lhe venha a exigir.

A presente garantia é válida até à emissão de parecer final por parte da HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS LDA.

[firma], expressamente declara por meio da presente declaração que concorda com:

Penalização de 2% do valor de obra ao dia por cada dia de paragem devido a avaria ou mal funcionamento da Central GHPP;

O prazo de 24 horas para iniciar os trabalhos de reparações/colocação em marcha, com ações locais e com os equipamentos necessários e apropriados para o efeito, bem como cumprindo todas as normas de segurança em vigor;

Por cada 12 horas de tempo de paragem, o adjudicatário assume como dívida inerente, o valor de 1% do valor de obra pelo intervalo de tempo de paragem referido.

Assume como parte integrante da garantia total dos equipamentos todas as ações de manutenção corretivas e de melhoria e obras;

Garantia de performance de toda a Central durante o tempo de garantia (10 anos), no mínimo de 95% da quantidade de produção, no décimo ano de funcionamento.

[local], [data], [assinatura]

